

# Habeas data



Coordenadoria dos JEFs  
TRF 2ª Região

**JUIZADO ESPECIAL FEDERAL**

☎ 2215.4503 · 2215.4498

**AEROPORTO SANTOS DUMONT**

**Juizados Federais  
dos aeroportos  
do Rio registram  
1048 atendimentos  
em seis meses**  
pág. 6



## Expediente



Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Presidente:

Desembargador federal CASTRO AGUIAR

Vice-Presidente:

Desembargador federal FERNANDO MARQUES

Corregedor-Geral:

Desembargador federal SERGIO FELTRIN

Desembargador federal PAULO FREITAS BARATA

Desembargadora federal TANIA HEINE

Desembargador federal ALBERTO NOGUEIRA

Desembargador federal FREDERICO GUEIROS

Desembargador federal CARREIRA ALVIM

Juiz federal convocado MARCELO PEREIRA DA SILVA

Desembargador federal PAULO ESPIRITO SANTO

Desembargadora federal MARIA HELENA CISNE

Desembargadora federal VERA LÚCIA LIMA

Desembargador federal ANTÔNIO CRUZ NETTO

Desembargador federal RICARDO REGUEIRA

Juiz federal convocado LUIZ PAULO DA SILVA ARAÚJO

Desembargador federal RALDÊNIO BONIFACIO COSTA

Desembargador federal FRANCISCO PIZZOLANTE

Desembargador federal BENEDITO GONÇALVES

Desembargador federal ANTONIO IVAN ATHIÉ

Juiz federal convocado GUILHERME CALMON

Desembargador federal SÉRGIO SCHWAITZER

Desembargador federal POUL ERIK DYRLUND

Desembargador federal ANDRÉ FONTES

Desembargador federal REIS FRIEDE

Desembargador federal ABEL GOMES

Desembargador federal LUIZ ANTONIO SOARES

Desembargador federal MESSOD AZULAY NETO

Desembargadora federal LILIANE RORIZ

Juiz federal convocado GUILHERME DIFENTHAELER

Juiz federal convocado JOSÉ ANTÔNIO LISBOA NEIVA

Diretor Geral: LUIZ CARLOS CARNEIRO DA PAIXÃO

Ano XIII - nº 66 - Jan / Fev / Mar 2008

Assessora de Comunicação Social

Ana Sofia Brito Gonçalves

Redação

André Camodego e Marcelo Ferraz

Diagramação, Impressão e Acabamento

Divisão de Produção Gráfica e Editorial - Digra/Sed

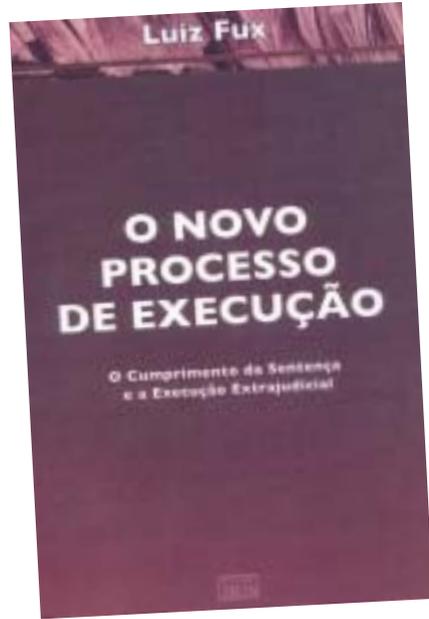
Projeto Gráfico

Renata Möller

Revisão

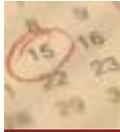
André Camodego

Para mais notícias e a versão eletrônica do Habeas Data, visite o site [www.trf2.gov.br](http://www.trf2.gov.br)



## Ministro Luiz Fux lança livro no CCJF

O ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e professor titular de Processo Civil da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Luiz Fux, lançou, na Sala de Sessões do Centro Cultural Justiça Federal - CCJF, no centro do Rio, o livro "O Novo Processo de Execução - O Cumprimento da Sentença e a Execução Extrajudicial". A obra aborda, entre outros temas, a Tutela Satisfativa, a Teoria Geral do Cumprimento e da Execução da Sentença; a Formação-Suspensão e Extinção do Processo de Execução; as Regras Procedimentais Comuns ao Cumprimento da Sentença e da Execução Extrajudicial; o Cumprimento da Sentença de Entrega de Soma; o Cumprimento das Sentenças de Obrigações de Fazer e Não Fazer; o Cumprimento da Sentença para a Entrega de Coisa; o Cumprimento da Sentença para a Indenização Decorrente de Responsabilidade Civil; o Cumprimento da Sentença contra a Fazenda Pública; o Cumprimento da Sentença e a Ação Monitória; a Nova Execução por Título Extrajudicial; as Espécies de Execução Extrajudicial e a Natureza das Obrigações; a Defesa do Executado; as Execuções Especiais; o Direito Intertemporal - Cumprimento da Sentença e Execução Extrajudicial; e a Nova Estrutura Legal do Cumprimento da Sentença e do Livro II do CPC Referente à Execução Extrajudicial. ■



## TRF prestigia cerimônia comemorativa dos 110 anos da ABL

O desembargador federal Frederico Gueiros, do TRF da 2ª Região, participou da cerimônia que celebrou os 110 anos da fundação da Academia Brasileira de Letras. O magistrado representou, na ocasião, o presidente da Corte, desembargador federal Castro Aguiar. A solenidade foi realizada no prédio da ABL, no centro do Rio, conhecido como Petit Trianon e teve como orador oficial o acadêmico José Sarney. Compuseram a mesa da sessão especial, o presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, o governador do Estado do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, o presidente da Câmara dos Deputados, Arlindo Chinaglia, o ministro interino da Cultura, Juca Ferreira, o senador José Sarney (que foi o orador oficial do evento), o presidente da Academia das Ciências de Lisboa, Eduardo Arantes e Oliveira, o então secretário-geral da ABL (e atual presidente da casa), Cícero Sandroni e o então presidente da Academia, Marcos Vilaça, que presidiu a sessão. ■



Fotos: André Camodego

O então presidente da ABL, Marcos Vilaça discursa na abertura do evento



O desembargador federal Frederico Gueiros (terceiro a partir da direita, na segunda fila)

## Advogados da Florida Bar Association conhecem o TRF da 2ª Região



Foto: André Camodego

No Plenário, entre brasileiros e norte-americanos, magistrados, advogados e membros do Ministério Público Federal

Os advogados norte-americanos Pamela Seay, Gilbert Squires e Nancy Stuparich, da *Florida Bar Association* (instituição comparável à brasileira OAB), visitaram o TRF da 2ª Região, onde assistiram ao julgamento do pedido de habeas corpus apresentado pelos dirigentes da Indústria Matarazzo de Papéis, acusados de serem co-responsáveis por um dos maiores acidentes ambientais já ocorridos no Brasil. A causa foi apreciada pela 2ª Turma Especializada do Tribunal, que, por unanimidade, negou o pedido, nos termos do voto da relatora da causa, desembargadora federal Liliâne Roriz.

Impressionou a advogada Pamela Seay a preocupação dos magistrados com a clareza dos relatórios, bem como das fundamentações que cada um dos membros do colegiado apresentou em seu voto. Para ela, isso dá um tom didático ao julgamento: "Os juizes americanos têm uma postura excessivamente formal. Lá não se vê, como eu vi aqui, o magistrado explicando sua fundamentação para o público", declarou.

Após assistirem à sessão, os visitantes, recebidos pelo presidente do TRF, desembargador federal Castro Aguiar, conheceram o Plenário da Corte, onde obtiveram informações sobre a estrutura e a organização do Tribunal. ■

## Magistrados da 2ª Região são agraciados com a Ordem do Mérito Ministério Público Militar

O vice-presidente do TRF da 2ª Região, desembargador federal Fernando Marques, foi homenageado com a medalha da Ordem do Mérito Ministério Público Militar (MPM), no grau Alta Distinção. Também participou da solenidade o corregedor-geral da Justiça Federal na 2ª Região, desembargador federal Sérgio Feltrin, que recebeu a insígnia em 2006, mas não pôde estar presente na cerimônia de entrega da comenda. No mesmo evento, o juiz federal Fabrício Fernandes de Castro, magistrado substituto da 26ª Vara Federal no Rio de Janeiro, foi agraciado com a medalha no grau distinção. A cerimônia de entrega aconteceu no Auditório do Edifício-Sede do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, em Brasília (DF). ■

# Aprovados no 11º concurso para juiz federal substituto tomam posse no TRF 2ª Região



*Autoridades, familiares e servidores lotaram o Plenário do TRF. Em primeiro plano, os recém-empossados*



Fotos: André Camodego

*No púlpito, a Juíza Federal Substituta Gabriela Arruda discursa em nome dos empossados. Na mesa, o procurador Celso Albuquerque, os desembargadores Maria Raimundo Teixeira de Azevedo e Castro Aguiar e os advogados Paulo Lins e Silva e Wadhi Damous*

O TRF da 2ª Região empossou os 17 candidatos aprovados no 11º Concurso Público para Juiz Federal Substituto da 2ª Região. O evento conduzido pelo presidente do TRF, desembargador federal Joaquim Antônio Castro Aguiar, contou com a presença de diversas autoridades civis e militares, familiares e amigos dos empossandos e servidores. Integraram a mesa o procurador chefe da Procuradoria da República da 2ª Região, Celso de Albuquerque Silva, a presidente da 8ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, desembargadora Maria Raimundo Teixeira de Azevedo, o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Rio de Janeiro, Wadhi Damous, e o presidente de honra da União Internacional dos Advogados, Paulo Lins e Silva.

Saudando os novos magistrados, o presidente do Tribunal lembrou as dificuldades atuais do Judiciário, como a falta de servidores, o excesso de trabalho e a legislação processual que, na fala do presidente do TRF, constituiu-se em um verdadeiro "labirinto" e que é uma das principais causas da tão criticada morosidade da justiça: "Os senhores terão pela frente questões judiciais, às vezes intransponíveis. E uma angústia imensa de não poderem agir face a embargos processuais que o legislador nos impôs e que precisaremos cumprir", disse e completou: "Temos um processo judicial que prima pelo exagero de recursos. E estamos reivindicando modificações na legislação processual e não temos conseguido. Uma ciranda giratória, interminável, que não chega a lugar nenhum". ■

## Concurso do TRF da 2ª Região teve mais de 3 mil habilitados nas provas práticas

Dos 3.259 candidatos que compareceram às provas práticas do concurso público para o quadro de pessoal do Tribunal Regional Federal da 2ª Região e das Seções Judiciárias do Espírito Santo e Rio de Janeiro, realizadas no Rio e em Vitória, referentes aos cargos de Analista Judiciário (Área Apoio Especializado - Especialidade Taquígrafia), Técnico Judiciário (Área Administrativa - Especialidade Telefonia), Técnico Judiciário (Área Administrativa - Especialidade Telecomunicações e Eletricidade), Técnico Judiciário (Área Administrativa) e Técnico Judiciário (Área Administrativa - Especialidade Segurança e Transporte), 96,2% dos concorrentes para o Rio de

Janeiro (2.104) e 98,2% dos concorrentes para o Espírito Santo (1.057) foram habilitados a exercer os referidos cargos.

Na Seção Judiciária do Espírito Santo, por exemplo, 1.072 candidatos realizaram as provas práticas (76% dos 1.411 inscritos), sendo que 798 concorrentes se habilitaram a exercer o cargo de técnico judiciário/área administrativa. Já na Seção Judiciária do Rio de Janeiro, dos 2.187 presentes às provas, (87,6% dos 2.497 inscritos) 573 candidatos obtiveram a habilitação para exercer o cargo de técnico judiciário/área administrativa/especialidade segurança e transporte. ■



## Audiências de conciliação promovidas pelo TRF entre mutuários do SFH e a CEF rendem quase 60% de acordos

O Tribunal Regional Federal da 2ª Região promoveu o quarto mutirão de audiências de conciliação entre mutuários do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) e a Caixa Econômica Federal (CEF). A iniciativa teve como objetivo agilizar a solução de processos que envolvem contratos regidos pelo SFH. Nesta etapa, foram selecionados 120 contratos de mutuários - residentes na cidade do Rio de Janeiro e municípios adjacentes - questionados em processos que se encontravam em grau de recurso no TRF. Foram 105 audiências realizadas, das quais 62 resultaram em acordos, ou seja, 59,04% das audiências realizadas. O mutirão ocorreu na sede do Tribunal, no centro do Rio.

Para a realização das audiências de conciliação na capital fluminense, foram convocados os juízes federais Rogério Tobias de Carvalho, Cláudia

Maria Pereira Bastos Neiva e Luiz Cláudio Flores da Cunha, coordenados pela desembargadora federal Tania Heine.

Para o juiz federal Luiz Cláudio Flores da Cunha, que participou das quatro edições do mutirão de audiências, "a iniciativa do TRF busca promover entre as partes a idéia de que é possível se chegar a uma solução satisfatória para todos de forma conciliada". Numa das audiências conduzidas pelo juiz, o mutuário Péricles Ferreira se livrou de um saldo devedor de R\$ 128 mil, embora o imóvel financiado esteja avaliado em cerca de R\$ 55 mil. Nos termos do acordo, agora ele deverá utilizar o saldo do seu FGTS, cerca de R\$ 6.500,00, e pagar cerca de R\$ 725,00 para ter seu imóvel na Ilha do Governador (zona norte do Rio) quitado, significando o fim de uma grande dor de cabeça. ■



4º mutirão rendeu 105 audiências em cinco dias



Péricles Ferreira: redução de 95% no saldo devedor cobrado pela CEF

Fotos: Marcelo Ferraz



Foto: arquivo TRF

## Desembargadora federal Julietta Lunz despede-se da Magistratura

No dia 26 de setembro de 2007, foi publicado no Diário Oficial da União decreto da Presidência da República concedendo aposentadoria à desembargadora federal do TRF da 2ª Região Julietta Lúcia Machado Cunha Lunz. A magistrada pertenceu à composição inicial do Tribunal, instalado em 30 de março de 1989, e exerceu a Presidência da Corte entre 1993 e 1995, sendo a primeira presidente de tribunal na Justiça Federal.

Nascida na cidade de Salvador, Bahia, filha do jornalista Joaquim Machado Cunha e da médica obstetra Maria José Cerqueira, Julietta Lunz chegou com três anos de idade ao Rio de Janeiro. Diplomou-se em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, obtendo nessa mesma instituição o grau de doutora em direito privado em 1967.

Foi advogada por mais de dez anos até ser aprovada nos concursos para defensor público do Estado do Rio de Janeiro, juíza de direito do Estado do Rio de Janeiro e juíza federal, cargo que assumiu em 1974. ■

## Juizados Especiais Federais dos Aeroportos do Rio de Janeiro registram 1048 atendimentos em seis meses

De 8 de outubro de 2007 até 31 de março de 2008, estiveram em operação os primeiros postos dos juizados especiais instalados nos aeroportos do Brasil. Os postos foram criados com o objetivo de abrandar os problemas que os passageiros vêm enfrentando com o caos aéreo instalado no país. Pelo movimento que apresentam, o Tom Jobim e o Santos Dumont foram selecionados para receber os primeiros juizados que integram as Justiças Estadual e Federal, como explicou a ministra Ellen Gracie, na inauguração dos postos no Tom Jobim. Só de janeiro a agosto de 2007, passaram por esses aeroportos cerca de 37 milhões de passageiros. A então presidente do STF afirmou que o momento é histórico para o Judiciário brasileiro, já que, pela primeira vez, juizados estaduais e federais se unem para combater um problema pontual. Para ela, essa comunhão de forças é "virtuosa" e marcada por uma "coesão e coerência de comportamento assumida com grande empenho pelas duas Justiças".

Mas a ministra fez questão de lembrar que a proposta dos novos postos dos juizados não foi a de resolver a crise aérea em si. Isso, afirmou, já está a cargo do Poder Executivo, que vem implantando

medidas para solucioná-la. O objetivo dos postos foi o de colaborar para a solução dos transtornos que decorrem da crise, como, por exemplo, no caso das causas de competência da Justiça Estadual, emitindo ordens judiciais para obrigar as companhias aéreas a pagar transporte, hotel e alimentação para passageiros que tiveram vôos cancelados ou com grandes atrasos. Já a atuação da Justiça Federal foi necessária nas hipóteses em que a Agência Nacional de Aviação Civil, por sua competência legal fiscalizatória, a Infraero, a Polícia Federal ou a União estiveram envolvidas.

Foi por essa razão que a Coordenadoria dos Juizados Especiais Federais (JEF) da 2ª Região e a Corregedoria-Geral da Justiça Federal da 2ª Região assinaram o provimento conjunto nº 1, que disciplinou o funcionamento dos juizados nos aeroportos Tom Jobim e Santos Dumont, estabelecendo que a atuação dos postos era restrita às causas que versassem sobre obrigações de fazer e responsabilidade civil. O provimento conjunto da Corregedoria e da Coordenadoria dos JEF atendeu a uma recomendação do Conselho da Justiça Federal (CJF). O então presidente do órgão e do Superior Tribunal de Justiça,



*A ministra Ellen Gracie, o desembargador Castro Aguiar e o ministro Tarso Genro descerram a placa inaugural no Tom Jobim*

ministro Barros Monteiro, assinou a resolução nº 565, que solicitava aos Tribunais Regionais Federais designar juízes plantonistas, bem como montar a estrutura física e de pessoal necessária aos novos juizados.

Já nos termos do provimento conjunto nº 1, foram adotados os meios necessários para que as demandas de natureza urgente fossem prontamente encaminhadas ao juizado escalado semanalmente ou ao juízo plantonista, conforme o caso. Ainda de acordo com o documento, os postos avançados da Justiça Federal do Rio de Janeiro priorizavam a conciliação para solucionar os conflitos. Eles funcionaram nos dias úteis, entre 9 e 21 horas e, nos sábados, domingos e feriados, das 14 às 20 horas. Só na hipótese de não ocorrer conciliação a demanda era encaminhada à livre distribuição entre os juizados especiais federais cíveis da capital.

Para o desembargador federal Castro Aguiar, o caráter conciliatório dos postos foi muito importante para assegurar uma solução rápida - obviamente, quando a conciliação foi possível - à angústia dos passageiros colhidos pela crise aérea: "Essa é a função precípua desses juizados - dar um atendimento pronto e eficaz aos cidadãos". Discursando na sole-

nidade no aeroporto internacional Tom Jobim, o magistrado destacou também a importância da parceria entre a Justiça Federal e a Estadual, que ele espera ver estendida a outras iniciativas no futuro. A expectativa é compartilhada pelo desembargador Murta Ribeiro, que abrindo o evento no Tom Jobim, relevou a parceria como "a melhor forma de, fazendo o papel que cabe ao Judiciário, prestar o devido acolhimento ao jurisdicionado".

Em uma reunião realizada no TRF da 2ª Região com magistrados e representantes da Anac, da Infraero e da Polícia Federal, o ministro Gilson Dipp, do Superior Tribunal de Justiça (STJ) afirmou que os novos postos dos juizados foram criados em caráter emergencial e temporário. A partir do dia 31 de março de 2008, os postos passaram a funcionar como um balcão de informações, orientando os passageiros sobre direitos e procedimentos a serem adotados em relação às obrigações das companhias aéreas e da agência fiscalizadora.

Durante os seis meses de funcionamento, o posto do Tom Jobim realizou 719 atendimentos dos quais 170 foram encaminhados ao juiz de plantão. O do Santos Dumont efetuou 329 atendimentos, sendo 157 deles encaminhados ao juiz plantonista. ■



*A partir da esquerda: desembargadores federais Benedito Gonçalves (coordenador dos JEF da 2ª Região) e Castro Aguiar; ministra Ellen Gracie, desembargador Murta Ribeiro (presidente do TJ/RJ) e Sérgio Tejada (secretário-geral do Conselho Nacional de Justiça, CNJ)*



## Entrega de certificados a mutuários do SFH, palestra e debate marcam conclusão do mutirão pela conciliação na 2ª Região

Três dos 62 mutuários do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) que fizeram acordos com a Caixa Econômica Federal (CEF) durante o quarto mutirão de audiências de conciliação, promovido pelo TRF da 2ª Região, receberam dia 7 de dezembro de 2007, os certificados de quitação das suas dívidas. Eles receberam os documentos das mãos da desembargadora federal Tania Heine e do juiz federal Luiz Cláudio Flores da Cunha, em uma solenidade realizada no auditório do Fórum Federal Marilena Franco, no centro do Rio. A cerimônia fez parte da programação da Justiça Federal da 2ª Região para o projeto Conciliar é Legal, realizado em todo o País, por iniciativa do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Ainda como parte da programação da 2ª Região, nos dias 4, 5 e 6 de dezembro foi realizado um mutirão de conciliação em juizados especiais federais do Rio de Janeiro, de Vitória, de Volta Redonda e de São João de Meriti. Ao todo, foram feitas 721 audiências, das quais 509 resultaram em acordos. No total, os valores desses acordos somaram R\$ 840.901,25. Antes da entrega dos certificados, o juiz federal Marcelo Tavares, titular do 1º Juizado Especial Federal de Nova Iguaçu, fez uma palestra sobre conciliação.

Para o magistrado, a formação psicológica e técnica dos conciliadores, ou seja, dos juízes, é imprescindível para o sucesso de qualquer programa sério que vise a estimular a conciliação no Judiciário. Marcelo Tavares acha, inclusive, que as Escolas da

Magistratura deveriam incluir na programação dos cursos de formação de magistrados uma disciplina que trate de técnicas de negociação.

O juiz federal destacou também que um dos empecilhos mais apontados quando se fala de conciliação na Justiça Federal, a questão envolvendo a indisponibilidade dos bens públicos, pode e deve ser superado. A questão é prevista pela Lei nº 10.259, de 2001, que criou os Juizados Especiais Federais. O artigo 10 da lei autoriza aos representantes do réu – bem entendido, o ente público federal – a transacionar, ou seja, a promover a conciliação.

Logo depois, um debate sobre o tema tomou lugar no auditório. O encontro foi mediado pelo jornalista Hélder Duarte, da Rede Globo de Televisão, e contou com a presença da desembargadora federal Tania Heine, da juíza federal Andréa Cunha Esmeraldo, da socióloga Maria Estella de Amorim e dos advogados Roberto Carlos Martins Pires (Caixa Econômica Federal - CEF) e Ronaldo Eduardo Veiga Cramer, que é conselheiro e procurador geral da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

"Sou juíza federal desde 1976 e integro o Tribunal desde 1989. Confesso que, sinceramente, de início não acreditava muito nos juizados, porque achava virtualmente impossível a União se propor a conciliar. Lembro-me de casos quase irreconhecíveis, com as questões de fato e de direito mais do que esclarecidas, em que, no entanto, o advogado do ente público estava obrigado a apresentar recursos até quando possível".



A partir da esquerda: Andréa Esmeraldo, Maria Estella Amorim, Roberto Carlos Pires, Tania Heine, Ronaldo Cramer e Hélder Duarte

Foto: Antonio Esteves



A partir da esquerda: André Granja, Carlos Martins, Marcelo Ferreira, Marcella Brandão, Flávia de Freitas e Daniel Levy

Foto: Marcelo Ferraz

O comentário, da desembargadora Tania Heine, foi ratificado pela juíza Andréa Esmeraldo, que lembrou que, de fato, na sua origem, em 2002, os juizados apresentavam índices inexpressivos de conciliações. Mas, para a juíza, a atuação dos JEF e as condenações que chegavam levaram os órgãos como a Caixa Econômica Federal (CEF) e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) a refletir e a começar a ver a conciliação com melhores olhos.

Aliás, afirmou o advogado Roberto Carlos Martins Pires, para a CEF a conciliação tem sido boa medida, em diversas hipóteses, para o próprio banco, não só do ponto de vista da sua imagem e da sua finalidade institucional social, como também do ponto de vista econômico.

A abertura da segunda edição do projeto "Movimento pela Conciliação - Conciliar é Legal", no dia 3 de dezembro contou com uma palestra do juiz fe-

deral André Luís Maia Tobias Granja, titular do Juizado Especial Federal de Alagoas (6ª Vara Federal de Maceió), na qual ele abordou as particularidades que envolvem a conciliação nos juizados federais.

Após a palestra, foi aberta uma mesa de debates com os advogados Roberto Carlos Martins Pires (Caixa Econômica Federal) e Marcelo Ferreira (Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos), com o procurador Daniel Levy de Alvarenga (Procuradoria Regional da União na 2ª Região), com a representante da procuradoria regional do Instituto Nacional do Seguro Social da 2ª Região, Flávia de Freitas, e com o juiz federal André Granja. Os debates objetivaram a troca de experiências sobre a atividade conciliatória envolvendo magistrados e os representantes de entes públicos federais. A mesa foi coordenada pela juíza federal Marcella Brandão. ■

## Colégio dos presidentes dos Tribunais Regionais Federais reúne-se pela primeira vez no Rio de Janeiro

Os presidentes dos TRF reuniram-se pela primeira vez para criar o Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Federais. O Colégio, uma iniciativa dos presidentes, é formado pelos cinco desembargadores que presidem os TRF e tem reuniões periódicas para discussão de matérias comuns às cinco regiões da Justiça Federal. As sessões são presididas pelo desembargador presidente do Tribunal que tenha jurisdição na sede do encontro.

A primeira sessão do Colégio, que aconteceu no Rio de Janeiro, sob a presidência do desembargador federal Castro Aguiar, discutiu a criação do estatuto da nova entidade. O documento estabelece a composição, o objetivo e o funcionamento das sessões. O Colégio tem como objetivo conhecer, discutir e deliberar sobre temas e problemas de caráter institucional, visando ao estudo

de matérias comuns de interesse dos Tribunais Regionais Federais, com conseqüente deliberação sobre elas, de modo que os Tribunais possam ter, tanto quanto possível, orientação uniforme e cooperação entre eles. Assim, projetos a serem implantados em uma determinada região podem ser tema da sessão do Colégio e se transformar em projeto comum dos cinco TRF.

As decisões do Colégio são indicativas para o Conselho da Justiça Federal. As pautas são fixadas de comum acordo e a matéria que tiver sido objeto de discussão pode constituir elemento de informação e proposição junto ao CJF. O encaminhamento das pautas discutidas ao CJF caracteriza a transparência do órgão recém-criado, que não tem caráter político nem econômico. Por exemplo, não é utilizado para obtenção de recursos para os TRF. ■



*Dirigido pelo desembargador federal Frederico Gueiros (ao centro), o terceiro painel apresentou as palestras de Rodrigo Terra, Paulo de Tarso Ribeiro, Marcos Juruena e Waldemir Pereira Demaria (a partir da esquerda)*



## Justiça e Regulação são tema de dez horas de palestras no TRF

A Escola da Magistratura Regional Federal da 2ª Região - EMARF realizou, no auditório do TRF da 2ª Região, o programa de estudos avançados "Justiça e Regulação". O evento integrou a programação do Curso de Aperfeiçoamento e Especialização dos Magistrados Federais de 1ª Instância (CAE).

Discorrendo sobre o tema "Estado e agências regulatórias - As novas perspectivas do modelo brasileiro", na primeira palestra do painel inaugural, presidido pela desembargadora federal Liliane Roriz, o procurador federal Aurélio Wander Bastos chamou atenção para os riscos referentes a uma sistemática disparidade entre a política oficial do governo e a das agências regulatórias em geral, que é um grave problema que o país enfrenta. Segundo ele "quando isso acontece, podemos esperar tragédias, como a que ocorreu em Congonhas, com o avião da TAM. E isso se dá, porque as agências têm mais intimidade com o mercado que elas regulam do que com os órgãos do Estado".

No painel "Da importância da regulação na concessão de serviços públicos e dos desafios da globalização", cuja mesa foi presidida pelo

desembargador federal Raldênio Bonifácio Costa, foi a vez de o procurador do Estado do Rio de Janeiro e procurador-geral da Agência Reguladora de Serviços Públicos Concedidos de Transportes Aquaviários, Ferroviários, Metroviários e de Rodovias do Estado do Rio de Janeiro (Agetransp), Sérgio Neves, defender a opinião de que as agências reguladoras são uma consequência necessária da globalização. Para ele, cabe às agências manterem-se neutras, ou seja, isentas em relação aos interesses tanto do mercado fiscalizado quanto do próprio governo.

No painel presidido pela desembargadora federal Maria Helena Cisne e intitulado "O desafio da regulação e da implementação de infra-estrutura de energia e transporte, como pressupostos do desenvolvimento econômico, com perspectiva também para o meio ambiente", o procurador regional federal Paulo de Bessa Antunes defendeu a proposta de que os contratos de concessão impliquem o estabelecimento de metas ambientais a serem atingidas entre cinco e quinze anos. Já o presidente da Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro (Agenera), José Cláudio

Ibrahim, criticou a falta de planejamento com relação à política energética e de saneamento no Brasil. Ele também defendeu a postura adotada pelo presidente da Bolívia, Evo Morales, afirmando que o mandatário defende corretamente o valor de mercado para o gás produzido em seu país.

A mesa presidida pelo desembargador federal Frederico Gueiros abordou o tema "Do sistema tarifário: retorno de investimento versus modicidade tarifária e aplicação do Código de Defesa do Consumidor e Lei de Repressão ao Abuso do Poder Econômico". No painel, o procurador do Estado do Rio de Janeiro Marcos Juruena destacou como principal compromisso das agências reguladoras a manutenção da modicidade das tarifas. Para ele, a cobrança deve se restringir ao mínimo necessário para assegurar a estrutura e a continuidade dos serviços, de modo que eles estejam acessíveis a toda a população.

Ainda no painel, o ex-ministro da Justiça, Paulo de Tarso Ribeiro, retomou o tema da assimetria da informação como um dos desafios (nas suas palavras, um verdadeiro dilema) das agências. Para ele, a dificuldade está em estabelecer um equilíbrio entre o que deve ser informado ao usuário do serviço - de modo a garantir sua segurança e direito de conhecer as condições em que determinado serviço concedido é prestado - e o que não precisa ser divulgado, de maneira a assegurar a viabilidade econômica da ati-

vidade realizada pela concessionária.

No último painel do dia, presidido novamente pela desembargadora Liliane Roriz, o também ex-ministro da Justiça, Alexandre de Paula Dupeyrat, defendeu sua convicção de que a criação das agências regulatórias se deu mais por razões políticas do que por uma premência da economia, tendente a uma necessária privatização dos serviços públicos, por conta da ineficiência do Estado de provê-los com qualidade e competitividade. Para ele, o argumento econômico não se confirma pela história. Para corroborar essa opinião, o palestrante citou, entre outros fatos, a criação da Tennessee Valley Authority (TVA), na década de 1930, pelo presidente Roosevelt dos EUA, com a qual o Estado voltou a atuar no fornecimento de energia elétrica, em razão de a iniciativa privada ter fracassado no setor. ■

*A desembargadora federal Liliane Roriz, que presidiu a última mesa, ouviu a fala de Alexandre de Paula Dupeyrat. Também compuseram o painel os palestrantes Diogo Boyd Peçanha Costa, Artur de Brito Gueiros de Souza e Ricardo Sichel (a partir da esquerda)*



**Internet**

## Na internet, o novo Regimento Interno do TRF da 2ª Região

A Comissão do Regimento Interno do TRF-2ª Região aprovou, em Sessão Plenária, a chamada Consolidação de Normas Regimentais. Tal procedimento teve o intuito de adequar ao Regimento da Corte medidas já postas em prática pelo Tribunal. A íntegra no novo Regimento Interno já está disponível na Internet ([www.trf2.gov.br](http://www.trf2.gov.br)).

Segundo a desembargadora federal Tania Heine, a Consolidação inseriu as resoluções e decisões já tomadas pelo Plenário acerca do Regimento antigo, alterando ora a numeração dos artigos, das seções ou dos capítulos: "A partir de agora - ressaltou - a Comissão está aberta a sugestões, que serão debatidas pelos seus membros e, depois, submetidas ao Plenário". ■

# Presidente do TRF visita arquivo histórico da Justiça Federal: 36 mil processos disponíveis para pesquisa

O presidente do TRF da 2ª Região, desembargador federal Castro Aguiar, visitou o Arquivo Geral da Justiça Federal na 2ª Região, onde há cerca de três anos professores, técnicos e alunos das faculdades de História, Direito e Arquivologia da Universidade Federal Fluminense (UFF) vêm organizando, selecionando e classificando processos judiciais históricos, ajuizados a partir do primeiro ano da República Velha, inaugurada em 1889. O projeto prevê a análise e indexação dos documentos que cobrem os quase 17 quilômetros de prateleiras que ocupam o arquivo localizado no Bairro Imperial de São Cristóvão (zona norte do Rio).

Estão na base de dados e disponíveis para consulta cerca de 36 mil autos, iniciados até 1974, quando o Brasil vivia o auge do chamado "período de chumbo" da ditadura militar. Um material riquíssimo, que permite pesquisas não só sobre os institutos jurídicos e sobre a jurisprudência desses quase cem anos de atuação da Justiça Federal, mas sobre temas de interesse das mais diferentes disciplinas que podem ser encontrados nessas dezenas de milhares de causas julgadas: da Arquitetura à Sociologia; da Medicina Sanitária à Ciência Política. Foi por isso mesmo que o presidente do TRF sediado no Rio de Janeiro qualificou o projeto de "encantador" e "grandioso". Durante a visita, o magistrado declarou estar impressionado com o profissionalismo do trabalho, que vem sendo executado graças à parceria firmada entre o Tribunal e a UFF: "Eu tinha plena consciência da importância do projeto, mas vê-lo in loco me dá agora a excepcionalidade da sua dimensão".

A visita contou ainda com a participação do corregedor-geral da Justiça Federal da 2ª Região, desembargador federal Sérgio Feltrin, do coordenador do projeto no TRF, desembargador federal Paulo Barata, e da diretora-geral da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, Patrícia Longhi.

## A história do Brasil através do arquivo judicial

Iniciada em 2004, a organização do Arquivo Histórico foi dividida em duas etapas. A primeira, já concluída, abrangeu os processos ajuizados de 1889 até 1937, quando, no Estado Novo, foi extinta a Justiça Federal brasileira (que só foi reinstituída em 1967). Foram 48 anos de atuação esmiuçados em um trabalho multidisciplinar executado com rigor científico e que deu origem ao livro "Autos da Memória: a História Brasileira no Arquivo da Justiça

Federal", impresso pela Gráfica da Justiça Federal da 2ª Região e lançado em 2006.

Trabalhando quase em tempo integral no Arquivo localizado no Bairro Imperial de São Cristóvão, a professora doutora Gladys Ribeiro, do Departamento de História da

UFF, explicou aos visitantes que nas fichas eletrônicas, constam informações como os anos de ajuizamento da causa e de trânsito em julgado, os nomes das partes e dos magistrados que atuaram no processo, um resumo do pedido formulado na inicial e da solução judicial, bem como expressões para indexação e consulta por assunto. Assim, é possível localizar processos com entradas históricas como "Revolta da Armada", "Aliança Nacional Libertadora" e "Imigração Japonesa" ou com entradas sobre temas jurídicos como "Liberdade de Expressão" e "Reintegração de Posse".

"Temos aqui séries documentais que revolucionam algumas concepções historiográficas cristalizadas, como a que atribuía ao Poder Judiciário a qualidade de ser um mero braço do Executivo. Por esses documentos fica clara a independência histórica da justiça brasileira", declara a pesquisadora Gladys Ribeiro, que afirma ainda que o trabalho no Arquivo tem sido modelo e referência acadêmica para a recuperação da memória do País a partir do final do século 19. A professora apresentou alguns processos já estudados e as conclusões que se pode tirar da sua análise.

Os processos de valor histórico mais relevante deverão integrar uma exposição permanente no CCJF. Ainda, faz parte do projeto a construção de um anexo ao prédio do arquivo judicial, para receber o futuro Centro de Documentação da Justiça Federal, que contará com salas de pesquisa e biblioteca, a fim de que todo o arquivo judicial histórico que não venha a integrar o acervo do CCJF fique disponível para consulta de estudiosos e do público. ■



*Ladeado por Gladys Ribeiro e Patrícia Longhi, o desembargador Castro Aguiar conhece o trabalho dos pesquisadores*